

ANDES avalia que REUNI fere autonomia da universidade

O Setor das Federais do ANDES-SN analisou a situação da educação superior pública e as medidas adotadas pelo governo, principalmente o Decreto 6.096/07 (REUNI) e o projeto de lei complementar PLP 01/07, que limita as despesas com os servidores públicos à inflação mais 1,5% ao ano, durante uma década, que significa uma política de arrocho salarial ainda mais intensa. Para os docentes, essas medidas ferem o direito ao acesso público de qualidade, afrontam a autonomia universitária, desrespeitam a democracia interna das instituições públicas e submetem o país a uma política educacional aviltante, que afronta a soberania nacional.

A discussão do REUNI constituiu o aspecto central da análise de conjuntura realizada pelo Setor das Federais do ANDES-SN, que reafirmou o caráter falacioso do programa. Os principais aspectos negativos são: precarização do trabalho docente como consequência do aumento da relação professor/aluno para 18 por um e da taxa média de conclusão de cursos da graduação em 90%. O discurso do governo de que a ampliação da oferta de vagas significará mais recursos financeiros não se sustentaria. Além de condicionar a liberação desse dinheiro a uma série de etapas e diretrizes, o REUNI limita a possibilidade de verba extra ao orçamento do MEC, que não vem acompanhando o crescimento do PIB e da receita da União. As análises que o ANDES-SN vem realizando demonstram que, na melhor das hipóteses, o

REUNI manterá os valores históricos reais que são repassados para as IFES e que os recursos prometidos não estão garantidos pelo MPOG.

Além do REUNI, as portarias que criam o professor-equivalente (nº 22/07 e nº 224/07) comprometeriam a qualidade do ensino nas IFES, pois favorecem a substituição gradual de professores em regime de dedicação exclusiva (DE) por professores substitutos em regime de 20 horas. Esse decreto coloca em risco, segundo o Sindicato Nacional, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e constitui uma forma de aumentar o número de docentes sem que haja um aumento nos investimentos. Entretanto, esta não é a mesma visão, por exemplo, de uma parte importante dos dirigentes das IFES. Na assembléia do dia 13 de setembro, o professor Thomé Lovato, pró-reitor Adjunto de Graduação da UFSM, fez defesa não apenas do REUNI, como também do próprio



FRITZ NUNES

Professor Thomé Lovato acredita na boa intenção do MEC

Pró-reitor defende 'Reestruturação'

O Programa de Reestruturação das Universidades Brasileiras (REUNI), proposto pelo governo federal, é duramente criticado pelo Movimento Docente, mas elogiado por uma parte significativa dos dirigentes das IFES, inclusive na própria UFSM, conforme relato do pró-reitor adjunto de Graduação, professor Thomé Lovato. Enquanto o sindicato argumenta que mais uma vez se embute dentro de uma proposta, como a do REUNI, uma reforma universitária, com o oferecimento de uma 'isca', no caso os recursos extras oferecidos para adesão ao programa, que não garantem qualidade, mas aumentam a precarização interna, o entendimento do integrante da Reitoria é diferente.

Conforme Lovato, no início, os reitores tinham restrições ao REUNI, no entanto, após uma reunião com o ministro da Educação, Fernando Haddad, a maior parte dos dirigentes universitários saiu convencida de que é uma oportunidade que não se pode perder. O pró-reitor adjunto destacou que o prazo final para as universidades aderirem é o dia 15 de dezembro de 2007. Ele informou que o Programa de Reestruturação vem sendo discutido junto aos conselhos de centro da Instituição, cujos participantes já estão levantando sugestões. Lovato considerou que a idéia do REUNI tem aspectos muito positivos e, disse ainda confiar que recursos efetivamente serão repassados às universidades, pois, segundo impressão dele, o ministro Fernando Haddad (Educação) tem cumprido todos os compromissos assumidos com as universidades, é uma "pessoa séria".

O ex-diretor da SEDUFSM, professor do departamento de Odontologia, Paulo Afonso Burmann, fez um apelo para que a Reitoria não limite as discussões do REUNI à cúpula, aos conselheiros de centro, mas que procure "democratizar", fazer o tema chegar à maioria dos docentes. Silvana Grünwaldt, coordenadora do curso de História, enfatizou que tudo leva a crer que está em jogo mais uma estratégia em que o governo oferece recursos às universidades federais, mas, para acessá-los, as instituições terão que se conformar ao projeto do governo.

No que se refere à ampliação do debate, o professor Thomé Lovato disse que a Associação dos Dirigentes das IFES (ANDIFES) também está negociando um prazo mais elástico com o governo. Ainda na defesa do REUNI, o pró-reitor disse que "temos mais autonomia do que imaginamos, pois o limite é o da nossa imaginação".



Noeli Dutra Rossatto, 47 anos, professor do departamento de Filosofia.

"A idéia de expansão, por um lado é boa, porque vai possibilitar que um grande número de pessoas que não tem acesso à universidade, passe a ter. Por outro lado, eu vejo como uma problemática, na medida que muitos cursos, dentro da

universidade, deixaram de ser atendidos. Por exemplo, vagas para professores: têm muitos cursos que estão deficientes nesse quesito, estão operando com professores substitutos. Então, essa expansão deveria ser acompanhada ou, antes de expandir, deveria ser equacionado esse tipo de problema, que existe há muito tempo."

Rejane de Oliveira, 30 anos, professora do departamento de Ciências da Comunicação



"Eu penso que qualquer medida tanto do governo, quanto da sociedade que trabalhe na tentativa de expandir o ensino superior para cidades do interior do estado é sempre uma tentativa positiva. O que acontece é que muitas vezes essa expansão acaba desatendendo as universidades ou centros que já estão implantados, que continuam precisando de vagas, de professores e de uma atenção centrada durante todo o ano letivo."

Vera Lucia Portinho Vianna, 46 anos, professora de piano do departamento de Música.



"A princípio, eu acho importante que a universidade tenha a oportunidade de se expandir, ao mesmo tempo que gera certa preocupação, na medida em que ainda não temos a infra-estrutura desejada e não chegamos ainda onde gostaríamos de estar.

Como fica essa situação diante de uma proposta de expansão? Até que ponto vai se continuar valorizando o que já existe? E só a partir daí criar outras coisas."

ELES DISSERAM

"Presidente, me socorre!" (Ângelo de Jesus, agricultor, ao ser retirado na tentativa de entrar no Palácio do Planalto para falar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Zero Hora de 22.09.2007)

"O efetivo já é pequeno e esses delegados devem fazer falta, por exemplo, no impedimento do tráfico e uso de entorpecentes e outros crimes." (Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul - ASDEP, sobre o projeto de implantação da Lei Seca, do secretário estadual de Segurança Pública, José Francisco Malmann, no Correio do Povo de 21.09.2007)

"Ele tem todo o tempo que quiser para pagar, é um homem muito rico". (Assessoria do ministro Walfrido Mares Guia, sobre as dívidas assumidas por ele, referentes ao caixa dois do ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB), na campanha de 1998. Folha de São Paulo, 24.09.2007)